



**Câmara dos Deputados**  
Assessoria Técnica da Liderança do PT

## **Boletim de Indicadores Econômicos**

Ano 7 – Nº 04

Abril de 2006

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

**Brasília/DF**

## ÍNDICE

<b>I. Setor Real</b>	
I.1. Produção Industrial .....	02
I.2. Taxas de Desemprego .....	03
I.3. Rendimento Real Médio .....	04
I.4. PIB .....	04
I.5. Indicadores de Inflação .....	05
<b>II. Setor Público</b>	
II.1. Dívida Líquida .....	06
II.2. Déficit .....	07
II.3. Transferências Constitucionais .....	08
II.4. Dívida Mobiliária .....	11
<b>III. Setor Externo</b>	
III.1. Dívida Externa .....	12
III.2. Reservas Internacionais .....	13
III.3. Taxa de Câmbio .....	14
III.4. Balanço de Pagamentos .....	15
III.5. Balança Comercial .....	16
<b>IV. Setor Financeiro</b>	
IV.1. Taxa de Juros Selic .....	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito .....	18
IV.3. Volume de Crédito .....	19

## I. Setor Real

Tabela 1 – Produção Industrial

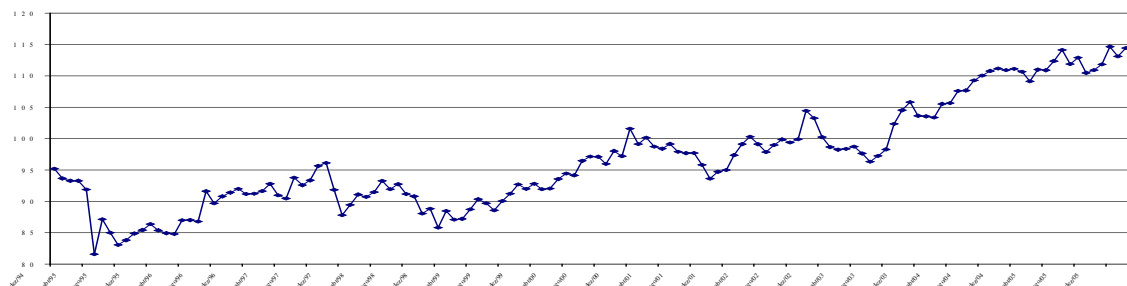
Período	Número Índice <sup>1</sup>	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	7,6	
1995	Dez	86,4	-	1,8	
1996	Dez	91,2	-	1,7	
1997	Dez	87,8	-	3,9	
1998	Dez	85,8	-	-2,0	
1999	Dez	92,8	-	-0,7	
2000	Dez	101,6	-	6,6	
2001	Dez	95,0	-	1,6	
2002	Dez	100,3	-	2,7	
2003	Dez	103,7	-	0,0	
2004	Dez	111,1	-	8,3	
2005	Mar	111,0	5,2	1,7	7,6
	Abr	110,9	5,0	-0,1	7,5
	Mai	112,4	4,4	1,3	7,2
	Jun	114,2	6,0	1,6	6,7
	Jul	111,9	2,4	-2,0	5,8
	Ago	112,9	2,6	0,9	5,0
	Set	110,5	-0,3	-2,2	4,4
	Out	110,9	-0,2	0,4	4,1
	Nov	111,9	0,8	0,8	3,5
	Dez	114,7	3,2	2,5	3,1
2006	Jan	113,1	2,2	-1,4	2,9
	Fev	114,5	4,9	1,2	3,0
	Mar	114,1	2,7	-0,3	3,3

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial

(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	Taxa de desemprego IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desocupação IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
Jan	nd	nd	10,2	11,1	16,7
Fev	nd	nd	10,6	11,5	17,1
Mar	nd	nd	10,8	11,5	17,3
Abr	nd	nd	10,8	11,4	17,5
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,5
Jun	nd	nd	9,4	10,5	17,5
Jul	nd	nd	9,4	9,9	17,5
Ago	nd	nd	9,4	9,4	17,1
Set	nd	nd	9,6	9,7	16,9
Out	nd	nd	9,6	9,6	16,9
Nov	nd	nd	9,6	9,7	16,4
Dez	nd	nd	8,3	7,8	15,8
2006					
Jan	nd	nd	9,2	9,2	15,7
Fev	nd	nd	10,1	10,5	16,3
Mar	nd	nd	10,4	10,6	16,9

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em março de 2006, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 10,4%, verificando-se uma alta de 0,3 pontos percentuais (p.p.) em relação a fevereiro de 2006. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma queda de 0,4 p.p.. Em São Paulo, a Taxa sofreu uma alta de 0,1 p.p. entre os meses de fevereiro de 2006 (10,5%) e março de 2006 (10,6%). Quando comparado com março de 2005, foi registrada uma queda de 0,9 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo entre os meses de fevereiro de 2006 (16,3%) e março de 2006 (16,9%) de 2005 foi registrado uma alta de 0,6 p.p.. A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior foi uma queda de 0,4 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo <sup>1</sup>

	Ocupados <sup>2</sup>			Assalariados <sup>3</sup>		
		Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>	Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>	
1996	Fev	1.561	75,7	1.517	70,3	
1997	Fev	1.615	78,3	1.556	72,1	
1998	Fev	1.548	75,0	1.547	71,7	
1999	Fev	1.494	72,4	1.517	70,3	
2000	Fev	1.336	64,8	1.361	63,1	
2001	Fev	1.282	62,1	1.312	60,8	
2002	Fev	1.150	55,8	1.215	56,3	
2003	Fev	1.053	51,0	1.119	51,9	
2004	Fev	1.069	51,8	1.129	52,3	
2005	Fev	1.053	51,0	1.118	51,8	
	Mar	1.051	51,0	1.124	52,1	
	Abr	1.052	51,0	1.127	52,2	
	Mai	1.048	50,8	1.133	52,5	
	Jun	1.067	51,7	1.153	53,4	
	Jul	1.085	52,6	1.172	54,3	
	Ago	1.104	53,5	1.176	54,5	
	Set	1.093	53,0	1.171	54,3	
	Out	1.077	52,2	1.154	53,5	
	Nov	1.083	52,5	1.165	54,0	
	Dez	1.087	52,7	1.168	54,1	
	2006	Jan	1.089	52,8	1.168	54,1
Fev		1.072	51,9	1.140	52,8	

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB <i>per capita</i> (valores reais de 2005)	Taxa real de variação do PIB <i>per capita</i>	Índice do PIB <i>per capita</i>
1994	349,2	5,9	73,6	9.551,6	4,2	90,2
1995	646,2	4,2	77,8	9.801,8	2,6	92,8
1996	778,9	2,7	80,5	9.910,0	1,1	93,9
1997	870,7	3,3	83,7	10.080,8	1,7	95,6
1998	914,2	0,1	83,9	9.944,1	-1,4	94,3
1999	973,8	0,8	84,7	9.873,2	-0,7	93,6
2000	1.101,3	4,4	89,0	10.151,6	2,8	96,4
2001	1.198,7	1,3	90,3	10.134,6	-0,2	96,2
2002	1.346,0	1,9	92,3	10.179,9	0,4	96,6
2003	1.556,2	0,5	92,8	10.086,7	-0,9	95,7
2004	1.766,6	4,9	97,7	10.433,2	3,4	99,2
2005 <sup>1</sup>	1.937,6	2,3	100,0	10.519,9	0,8	100,0

Fonte: IBGE.

1 – Resultados provisórios.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

																					(em %)			
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005								2006				Últimos 12 meses
												Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
IGP-DI (FGV)	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	-0,3	-0,5	-0,4	-0,8	-0,1	0,6	0,3	0,1	0,7	-0,1	-0,5	0,0	-0,8
IGP-M (FGV)	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	-0,2	-0,4	-0,3	-0,7	-0,5	0,6	0,4	0,0	0,9	0,0	-0,2	-0,4	-0,9
IPC-DI (FGV)	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	0,8	-0,1	0,1	-0,4	0,1	0,4	0,6	0,5	0,7	0,0	0,2	0,3	3,2
IPA-DI (FGV)	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	-1,0	-0,8	-0,7	-1,0	-0,3	0,8	0,2	-0,1	0,8	-0,1	-0,8	-0,2	-3,1
IPA-Agro (FGV)	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	-2,8	-1,0	-1,6	-2,5	-3,2	0,8	0,6	0,6	0,6	-0,8	-3,2	-0,9	-12,5
IPA-Ind (FGV)	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	-0,4	-0,7	-0,4	-0,6	0,7	0,8	0,1	-0,4	0,9	0,1	-0,1	0,1	0,1
INPC (IBGE)	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	0,7	-0,1	0,0	0,0	0,2	0,6	0,5	0,4	0,4	0,2	0,3	0,1	3,3
IPCA (IBGE)	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	0,5	0,0	0,3	0,2	0,4	0,8	0,6	0,4	0,6	0,4	0,4	0,2	4,6
IPC-SP (FIPE)	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	0,4	-0,2	0,3	-0,2	0,4	0,6	0,3	0,3	0,5	0,0	0,1	0,0	2,5
ICV (Dieese)	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	0,4	-0,2	-0,2	0,0	0,7	0,6	0,4	0,2	0,7	0,1	0,5	-0,1	3,2

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.  
nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) registrou uma queda na sua deflação de -0,8%, em março, para -0,2%, em abril. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) registrou uma alta, sua taxa no mês de abril ficou em 0,0%. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou uma alta em sua taxa de variação de 0,2%, em março, para 0,3%, em abril.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) sofreu uma queda em sua taxa, 0,4% em março para 0,2% em abril. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) teve variação de 0,1% em abril, em relação a março o índice sofreu uma queda de 0,2 pp..

Em março, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) apresentou baixa de -0,1%. A taxa é 0,4 p.p. inferior à apurada em março, que chegou a 0,5%.

## II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público <sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Dívida total líquida (2+3)</b>	208,5	30,6	269,2	33,3	308,4	34,4	385,9	41,7	516,6	48,7	563,2	48,8	660,9	52,6	881,1	55,5	913,1	57,2	957,0	51,7	1.002,5	51,6	1.021,8	51,7
1.1 Governo federal e Bacen	90,4	13,3	128,4	15,9	167,7	18,7	231,3	25,0	316,2	29,8	353,0	30,6	411,8	32,8	560,8	35,3	578,7	36,3	601,5	32,5	664,2	34,2	685,9	34,7
1.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	72,5	10,6	93,3	11,5	115,9	12,9	113,2	12,2	147,9	13,9	161,2	14,0	203,4	16,2	258,0	16,3	278,0	17,4	306,0	16,5	305,7	15,8	305,6	15,5
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,7	1,9	22,9	2,2	24,1	2,1	26,2	2,1	35,0	2,2	38,7	2,4	45,1	2,4	44,3	2,3	44,6	2,3
1.4 Empresas Estatais	45,6	6,7	47,4	5,9	24,8	2,8	23,7	2,6	29,6	2,8	24,9	2,2	19,5	1,6	27,3	1,7	17,7	1,1	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-14,4	-0,7
<b>2 Dívida interna líquida</b>	170,3	25,0	237,6	29,4	269,8	30,1	328,7	35,5	407,8	38,4	451,8	39,2	530,0	42,2	654,3	41,2	726,7	45,5	818,1	44,2	952,2	49,1	1.000,4	50,6
2.1 Governo federal e Bacen	66,7	9,8	115,7	14,3	150,3	16,7	192,5	20,8	233,1	22,0	267,6	23,2	308,5	24,6	363,2	22,9	418,5	26,2	476,4	25,7	617,4	31,8	665,9	33,7
2.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	70,2	10,3	90,3	11,2	111,6	12,4	107,7	11,6	139,4	13,1	151,6	13,1	192,2	15,3	239,6	15,1	261,6	16,4	290,0	15,7	292,7	15,1	293,5	14,9
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,1	1,9	22,0	2,1	22,7	2,0	24,4	1,9	32,1	2,0	36,1	2,3	42,4	2,3	42,2	2,2	42,7	2,2
2.4 Empresas Estatais	33,4	4,9	31,5	3,9	8,0	0,9	11,5	1,2	13,4	1,3	10,0	0,9	5,0	0,4	19,4	1,2	10,5	0,7	9,3	0,5	-0,2	0,0	-1,7	-0,1
<b>3. Dívida externa líquida</b>	38,1	5,6	31,6	3,9	38,6	4,3	57,2	6,2	108,8	10,3	111,3	9,6	130,8	10,4	226,8	14,3	186,5	11,7	138,9	7,5	50,3	2,6	21,3	1,1
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	23,7	3,5	12,7	1,6	17,5	2,0	38,8	4,2	83,2	7,8	85,4	7,4	103,3	8,2	197,6	12,5	160,3	10,0	125,1	6,8	46,8	2,4	20,1	1,0
3.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	2,3	0,3	3,0	0,4	4,3	0,5	5,5	0,6	8,5	0,8	9,6	0,8	11,3	0,9	18,4	1,2	16,4	1,0	16,0	0,9	13,0	0,7	12,1	0,6
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	2,0	0,1
3.4 Empresas Estatais	12,2	1,8	15,9	2,0	16,8	1,9	12,2	1,3	16,2	1,5	14,9	1,3	14,6	1,2	7,9	0,5	7,1	0,5	-4,8	-0,3	-11,6	-0,6	-12,8	-0,7

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou março de 2006 em R\$ 1.021,8 bilhões, o que representou 51,7% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público <sup>1</sup>

(Últimos 12 meses - R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		Até março 2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Nominal</b> <sup>2</sup>	47,0	7,3	45,7	5,9	53,2	6,1	72,5	7,9	96,2	10,0	49,3	4,5	72,1	5,2	138,3	10,3	56,3	3,6	43,8	2,5	59,1	3,1	69,9	3,5
1.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	15,4	2,4	19,9	2,6	22,9	2,6	49,4	5,4	66,2	6,9	34,5	3,1	44,5	3,7	86,7	6,4	39,4	2,5	23,7	1,3	68,7	3,6	81,5	4,1
1.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	23,1	3,6	21,1	2,7	26,4	3,0	16,4	1,8	26,1	2,7	20,0	1,8	23,1	1,9	43,8	3,3	22,9	1,5	27,5	1,6	4,8	0,3	4,6	0,2
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,5	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,6	4,1	0,3	6,5	0,4	0,7	0,0	2,0	0,1
1.4 Empresas Estatais	8,6	1,3	4,7	0,6	3,9	0,5	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,6	0,1	0,0	-10,1	-0,7	-13,9	-0,8	-15,1	-0,8	-18,1	-0,9
<b>2. Juros nominais</b> <sup>2</sup>	48,8	7,5	45,0	5,8	44,9	5,2	72,6	7,9	127,2	13,2	87,4	7,9	105,6	8,8	190,7	14,2	122,5	7,9	124,9	7,1	152,6	7,9	156,8	7,9
2.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	18,7	2,9	22,9	2,9	20,5	2,4	54,4	6,0	88,9	9,2	54,9	5,0	66,4	5,5	118,6	8,8	78,2	5,0	76,1	4,3	124,5	6,4	131,6	6,7
2.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	21,9	3,4	16,8	2,2	19,9	2,3	12,7	1,4	27,7	2,9	24,5	2,2	30,3	2,5	52,4	3,9	34,9	2,2	43,6	2,5	21,9	1,1	21,6	1,1
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,4	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,5	4,8	0,3	4,7	0,2
2.4 Empresas Estatais	8,1	1,3	5,3	0,7	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,6	3,6	0,3	4,5	0,4	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,2	1,4	0,1	-1,2	-0,1
<b>3. Primário</b> <sup>4</sup>	-1,7	-0,3	0,7	0,1	8,3	1,0	-0,1	0,0	-31,1	-3,2	-38,2	-3,5	-33,6	-3,6	-52,4	-3,9	-66,2	-4,3	-81,1	-4,6	-93,5	-4,8	-86,8	-4,4
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	-3,3	-0,5	-2,9	-0,4	2,4	0,3	-5,0	-0,6	-22,7	-2,4	-20,4	-1,9	-22,0	-1,8	-31,9	-2,4	-38,7	-2,5	-52,4	-3,0	-55,7	-2,9	-50,1	-2,5
3.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	1,2	0,2	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,8	-16,1	-0,9	-17,2	-0,9	-17,0	-0,9
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,2	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-2,8	-0,1
3.4 Empresas Estatais	0,5	0,1	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,4	-6,3	-0,7	-11,7	-1,1	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,9	-11,2	-0,6	-16,4	-0,9	-16,9	-0,9

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em março, foi de R\$ 69,9 bilhões, o que representou 3,5% do PIB.

## Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2006 até abril - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
Acre	316.308	0	41.262	0	47	527	4.592	362.737
Alagoas	384.646	0	26.980	0	1.832	4.606	9.293	427.357
Amazonas	258.003	5	31.646	0	15.710	6.065	9.661	321.090
Amapá	315.476	52	45.901	0	41	2.079	3.941	367.490
Bahia	868.780	0	65.343	0	33.491	13.422	44.872	1.025.909
Ceará	678.376	2	28.559	0	5.553	5.919	23.033	741.442
Distrito Federal	63.816	0	15.018	0	235	2.431	11.626	93.127
Espírito Santo	138.691	0	21.338	0	22.377	20.391	13.296	216.094
Goiás	262.875	0	51.989	0	4.721	6.197	31.037	356.819
Maranhão	667.401	2	45.171	0	5.660	8.867	20.309	747.409
Minas Gerais	411.867	0	167.673	0	60.105	35.673	69.662	744.980
Mato Grosso do Sul	123.158	0	21.364	0	3.849	4.720	15.879	168.969
Mato Grosso	213.390	58	35.597	0	4.984	15.472	19.505	289.006
Pará	565.121	137	45.764	0	22.518	26.132	18.986	678.657
Paraíba	442.786	0	49.984	0	1.850	2.338	12.223	509.180
Pernambuco	637.998	0	65.133	0	3.802	4.450	21.880	733.264
Piauí	399.560	0	26.300	0	237	1.816	12.615	440.529
Paraná	266.583	0	87.824	0	58.543	32.336	46.605	491.890
Rio de Janeiro	141.252	20	24.462	0	59.054	15.554	32.894	273.236
Rio Grande do Norte	386.292	0	40.707	0	2.698	3.100	13.011	445.808
Rondônia	260.333	20	31.209	0	770	1.883	8.349	302.565
Roraima	229.368	2	39.240	0	31	387	4.540	273.568
Rio Grande do Sul	217.727	0	87.570	0	73.278	30.870	40.517	449.961
Santa Catarina	118.331	0	49.656	0	44.507	16.825	24.587	253.906
Sergipe	384.202	0	33.838	0	373	883	7.918	427.214
São Paulo	92.461	1	156.268	0	106.589	72.034	115.336	542.689
Tocantins	401.280	0	53.793	0	88	1.058	12.836	469.056
<b>Total</b>	<b>9.246.082</b>	<b>298</b>	<b>1.389.589</b>	<b>0</b>	<b>532.944</b>	<b>336.035</b>	<b>649.003</b>	<b>12.153.951</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2006 até abril - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	ITR	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
Acre	57.145	0	24.652	0	16	40	176	1.531	83.559
Alagoas	231.295	0	82.147	0	611	110	1.535	3.098	318.796
Amazonas	137.069	11	41.769	0	5.237	69	2.022	3.220	189.397
Amapá	35.821	120	16.102	0	14	26	693	1.314	54.089
Bahia	861.532	0	247.886	0	11.164	732	4.474	14.957	1.140.745
Ceará	495.977	4	179.986	0	1.851	154	1.973	7.678	687.622
Distrito Federal	20.972	0	0	0	78	60	0	0	21.110
Espírito Santo	171.668	0	38.696	0	7.459	124	6.797	4.432	229.176
Goiás	351.924	0	57.616	0	1.574	1.575	2.066	10.346	425.100
Maranhão	409.193	4	199.853	0	1.887	321	2.956	6.770	620.984
Minas Gerais	1.269.059	0	143.103	0	20.035	1.957	11.891	23.221	1.469.266
Mato Grosso do Sul	143.089	0	26.526	0	1.283	2.330	1.573	5.293	180.095
Mato Grosso	179.145	134	34.847	0	1.661	1.704	5.157	6.502	229.151
Pará	349.013	319	150.036	0	7.506	533	8.711	6.329	522.446
Paraíba	308.793	0	83.083	0	617	77	779	4.074	397.423
Pernambuco	470.492	0	131.378	0	1.267	209	1.483	7.293	612.123
Piauí	251.043	0	88.569	0	79	173	605	4.205	344.675
Paraná	657.564	0	89.035	0	19.514	2.100	10.779	15.535	794.527
Rio de Janeiro	283.028	47	64.306	0	19.685	274	5.185	10.965	383.489
Rio Grande do Norte	238.848	0	70.246	0	899	77	1.033	4.337	315.441
Rondônia	90.089	48	30.811	0	257	125	628	2.783	124.740
Roraima	53.798	4	10.737	0	10	33	129	1.513	66.225
Rio Grande do Sul	645.805	0	81.898	0	24.426	1.878	10.290	13.506	777.802
Santa Catarina	375.495	0	47.961	0	14.836	334	5.608	8.196	452.430
Sergipe	135.768	0	58.009	0	124	65	294	2.639	196.901
São Paulo	1.301.171	3	110.614	0	35.530	2.620	24.011	38.445	1.512.394
Tocantins	154.990	0	44.393	0	29	396	353	4.279	204.440
<b>Total</b>	<b>9.679.784</b>	<b>695</b>	<b>2.154.262</b>	<b>0</b>	<b>177.648</b>	<b>18.097</b>	<b>111.201</b>	<b>212.459</b>	<b>12.354.147</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado<sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real <sup>2</sup>
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	190,8
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	292,0
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	433,8
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	585,2
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	729,2
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	778,6
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	882,1
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	952,0
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	860,7
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	907,4
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	882,2
2005				
Mar	917,8	14,0	931,8	929,2
Abr	918,5	12,7	931,2	923,9
Mai	925,3	12,1	937,4	932,4
Jun	939,7	11,9	951,6	950,8
Jul	952,4	12,0	964,3	967,3
Ago	965,8	12,0	977,8	988,7
Set	977,2	11,4	988,6	1.000,9
Out	993,9	9,8	1.003,7	1.009,8
Nov	1.005,1	6,3	1.011,4	1.014,2
Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.018,9
2006				
Jan	1.049,9	6,5	1.056,4	1.051,0
Fev	1.057,4	6,2	1.063,6	1.058,8
Mar	1.075,0	6,4	1.081,4	1.081,4

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

## III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003 <sup>1</sup>	2004 <sup>1</sup>					2005 <sup>1</sup>			
						Jun	Jul	Ago	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
<b>1 Dívida de médio e longo prazos<sup>2</sup></b>	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	185,7	183,5	182,6	183,6	182,6	181,5	174,6	166,7	150,7
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	113,9	113,7	114,0	114,0	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	71,8	69,9	68,6	69,5	67,9	66,6	64,6	62,6	63,1
<b>2 Dívida de curto prazo</b>	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	19,8	19,4	20,7	18,6	18,7	20,5	16,8	16,4	18,8
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	19,8	19,4	20,7	18,6	18,7	20,5	16,7	16,4	18,8
<b>3 Dívida externa total<sup>3</sup></b>	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	205,6	203,0	203,4	202,2	201,4	201,9	191,3	183,2	169,5
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	113,9	113,7	114,0	114,1	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	91,6	89,3	89,4	88,1	86,7	87,0	81,3	79,0	81,9

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais <sup>1</sup>

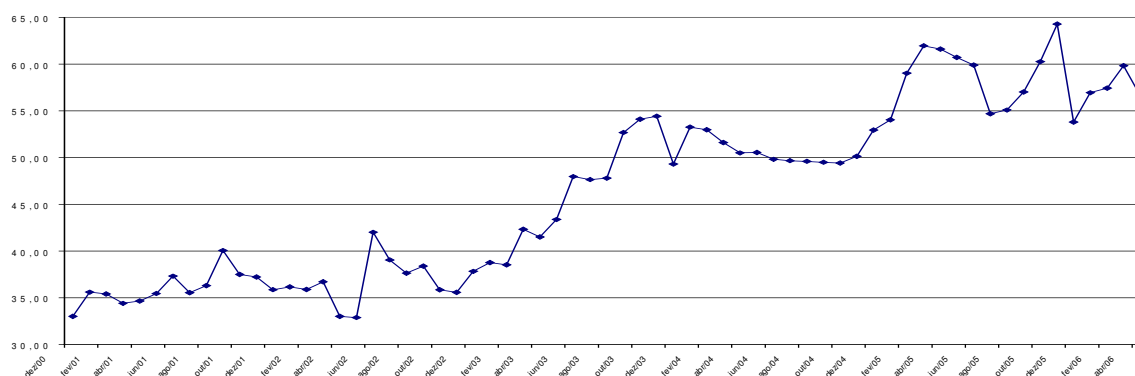
		(US\$ bilhões)
1995	Dez	51,8
1996	Dez	60,1
1997	Dez	52,2
1998	Dez	44,6
1999	Dez	36,3
2000	Dez	33,0
2001	Dez	35,9
2002	Dez	37,8
2003	Dez	49,3
2004	Dez	52,9
2005		
	Abr	61,6
	Mai	60,7
	Jun	59,9
	Jul	54,7
	Ago	55,1
	Set	57,0
	Out	60,2
	Nov	64,3
	Dez	53,8
2006		
	Jan	56,9
	Fev	57,4
	Mar	59,8
	Abr	56,6

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio <sup>1</sup>

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005		
Abr	2,53	3,26
Mai	2,40	2,96
Jun	2,35	2,85
Jul	2,39	2,90
Ago	2,36	2,91
Set	2,22	2,67
Out	2,25	2,70
Nov	2,21	2,60
Dez	2,34	2,77
2006		
Jan	2,22	2,70
Fev	2,14	2,54
Mar	2,17	2,63
Abr	2,09	2,64

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em abril de 2006 sua cotação em R\$ 2,09. Com isso, verificou-se uma queda de 3,8% em relação ao mês anterior.

Comparando abril de 2006 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 17,5%.

Apesar das tentativas do governo de aumentar a oferta interna de dólares, por meio de leilões de venda, o mercado tem mantido, até o momento, uma tendência de valorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana e até mesmo frente à moeda da União Européia.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros <sup>1</sup>	
	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,6	10.427,0	1,5	3.396,6	0,5
1996	-23.502,0	-3,0	12.388,7	1,6	3.726,6	0,5
1997	-30.452,4	-3,8	13.499,8	1,7	6.181,1	0,8
1998	-33.415,9	-4,2	15.321,0	1,9	7.163,0	0,9
1999	-25.334,8	-4,7	17.100,4	3,2	5.514,9	1,0
2000	-24.224,4	-4,0	17.095,7	2,8	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,6	17.621,2	3,5	5.226,2	1,0
2002	-7.636,8	-1,7	15.275,0	3,3	6.020,0	1,3
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	3,0	6.403,2	1,3
2004	11.711,1	1,9	15.289,0	2,5	8.257,3	1,4
2005						
Jan – Dez	14.192,7	1,8	15.713,1	2,0	13.337,2	1,7
Jan	802,1	1,3	1.161,4	1,9	391,3	0,6
Fev	129,9	0,2	1.360,1	2,2	1.390,0	2,3
Mar	1.729,4	2,6	969,3	1,5	783,0	1,2
Abr	715,4	1,1	1.772,9	2,7	1.291,9	1,9
Mai	596,6	0,9	1.141,9	1,7	1.550,5	2,3
Jun	1.285,3	1,9	1.233,0	1,8	1.061,4	1,6
Jul	2.566,4	3,9	1.561,5	2,3	696,3	1,0
Ago	803,4	1,2	1.465,5	2,1	1.093,9	1,6
Set	2.387,6	3,5	1.155,1	1,7	742,8	1,1
Out	878,8	1,3	1.533,6	2,3	1.259,1	1,9
Nov	1.730,9	2,6	1.144,1	1,7	783,6	1,2
Dez	566,9	0,9	1.214,7	1,8	2.293,4	3,5
2006						
Jan	-287,4	-0,4	1.771,2	2,5	1.562,2	2,2
Fev	724,1	1,0	1.229,9	1,8	866,9	1,2
Mar	1.353,1	1,8	1.280,8	1,7	1.507,3	2,0

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a março de 2006 alcançou R\$ 4,3 bilhões, ou seja, 22,7% a mais que no mesmo período de 2005. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$3,9 bilhões até março de 2006, contra R\$ 2,6 bilhões no mesmo período de 2005, ou seja, um salto de 53,5%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005								
Jan	7,4	98,1	211,0	5,3	63,9	127,8	2,2	34,2
Fev	7,8	100,2	215,4	5,0	65,1	130,3	2,8	35,1
Mar	9,3	101,5	218,2	5,9	65,7	131,4	3,3	35,8
Abr	9,2	104,1	223,8	5,3	66,4	132,8	3,9	37,7
Mai	9,8	106,0	227,9	6,4	67,9	135,9	3,5	38,1
Jun	10,2	106,8	229,7	6,2	68,5	137,2	4,0	38,3
Jul	11,1	108,9	234,2	6,1	69,1	138,2	5,0	39,8
Ago	11,3	111,2	239,1	7,7	71,1	142,3	3,7	40,1
Set	10,6	112,9	242,8	6,3	71,7	143,5	4,3	41,2
Out	9,9	114,0	245,1	6,2	72,1	144,2	3,7	41,9
Nov	10,8	116,6	250,7	6,7	72,7	145,5	4,1	43,9
Dez	10,9	118,3	254,4	6,6	73,6	147,2	4,3	44,8
2006								
Jan	9,3	120,1	258,3	6,4	74,7	149,6	2,8	45,4
Fev	8,8	121,1	260,5	5,9	75,7	151,5	2,8	45,4
Mar	11,4	123,2	265,0	7,7	77,5	155,0	3,7	45,8
Abr <sup>2</sup>	9,8	123,8	266,3	6,7	78,8	157,8	3,1	45,0

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

2 – Dados preliminares

As exportações, em abril de 2006, totalizaram US\$ 9,8 bilhões, uma cifra recorde histórica no comércio exterior brasileiro para o referido mês. Sobre o mês anterior, as exportações caíram 13,7%. Em relação a abril de 2005, as exportações cresceram 6,5%.

As importações somaram US\$ 6,7 bilhões. Sobre o mês anterior, caíram 12,7%. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 25,8%.

O saldo de abril no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 3,1 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 120 bilhões desde o início do ano de 2006.

## IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros <sup>1</sup>	(em %)	
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,4	16,5	27,6	nd
1997	24,8	16,1	25,2	nd
1998	28,8	26,6	29,5	nd
1999	25,6	4,7	26,3	nd
2000	17,4	7,0	17,6	nd
2001	17,3	6,3	17,5	nd
2002	19,2	-5,7	19,1	nd
2003	23,3	13,7	23,4	nd
2004	16,2	3,7	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,2	nd
Abr	1,4	0,9	19,3	19,50
Mai	1,5	1,8	19,6	19,75
Jun	1,6	2,0	19,7	19,75
Jul	1,5	1,9	19,7	19,75
Ago	1,7	2,5	19,7	19,75
Set	1,5	1,6	19,6	19,50
Out	1,4	0,8	19,3	19,00
Nov	1,4	1,0	18,9	18,50
Dez	1,5	1,4	18,2	18,00
2006				
Jan	1,4	0,7	17,7	17,25
Fev	1,1	1,2	17,3	17,25
Mar	1,4	1,9	16,7	16,50
Abr	1,1	1,1	16,2	15,75

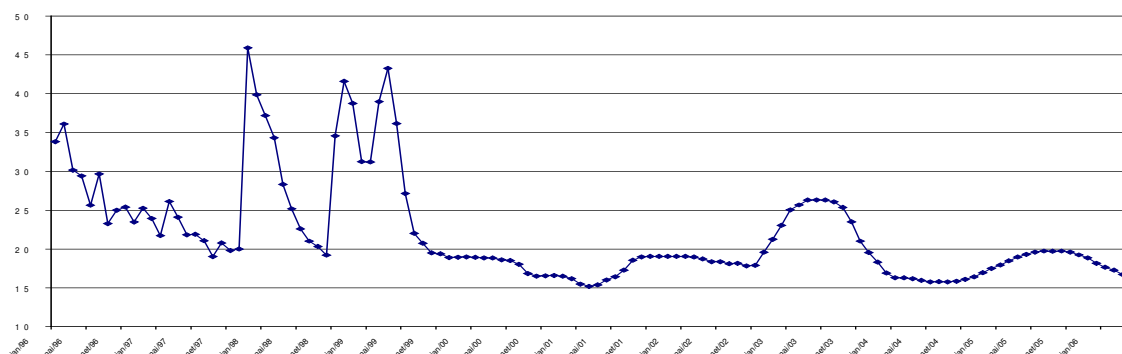
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito <sup>1</sup>

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral
1995	171,1	nd	nd
1996	112,2	nd	nd
1997	81,7	nd	nd
1998	94,4	nd	nd
1999	87,2	nd	nd
2000	56,9	12,0	27,2
2001	48,9	11,8	27,0
2002	51,4	14,5	30,0
2003	55,6	14,7	31,9
2004	43,9	13,0	27,2
2005			
Mar	45,3	13,7	28,8
Abr	45,4	13,7	29,0
Mai	46,8	13,8	29,9
Jun	46,3	13,6	29,8
Jul	43,0	13,4	28,2
Ago	42,8	13,7	28,5
Set	44,0	14,0	29,5
Out	43,9	14,5	29,8
Nov	43,3	14,2	29,4
Dez	42,7	14,0	28,8
2006			
Jan	43,6	14,5	29,6
Fev	43,7	15,2	30,2
Mar	44,0	14,5	30,1

Fonte: Bacen.

<sup>1</sup> – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB <sup>2</sup>
	Recursos Direcionados	Recursos Livres <sup>1</sup>	Total			
1994 Dez	nd	nd	157,8	28,3	186,0	36,4
1995 Dez	nd	nd	202,0	35,5	237,5	34,8
1996 Dez	nd	nd	206,2	44,8	251,1	31,0
1997 Dez	nd	nd	233,5	24,4	257,9	28,7
1998 Dez	nd	nd	253,9	20,9	274,7	29,7
1999 Dez	nd	nd	268,3	17,5	285,8	26,9
2000 Dez	140,8	167,7	308,4	12,6	321,0	27,8
2001 Dez	118,2	205,6	323,8	9,8	333,7	26,6
2002 Dez	144,1	221,9	366,0	13,5	379,5	23,9
2003 Dez	163,2	233,2	396,4	15,0	411,4	25,8
2004 Dez	180,4	285,4	465,8	19,2	485,0	26,2
2005						
Abr	183,6	315,7	499,3	19,5	530,0	28,0
Mai	183,5	318,7	502,2	19,4	533,9	28,3
Jun	185,0	323,8	508,8	19,6	541,3	28,8
Jul	185,3	329,9	515,2	20,0	548,8	29,3
Ago	187,2	336,3	523,5	20,1	557,8	29,8
Set	187,9	342,6	530,5	20,1	564,4	29,8
Out	190,2	nd	nd	19,9	575,9	30,1
Nov	195,2	nd	nd	20,1	590,2	30,6
Dez	203,2	nd	nd	20,6	607,0	31,2
2006						
Jan	203,4	nd	nd	20,5	609,0	31,0
Fev	202,6	nd	nd	20,8	615,1	31,2
Mar	204,9	nd	nd	20,9	623,9	31,6

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.